

**Renata Campello Cabral** 

Professora Doutora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade Federal de Pernambuco (DAU-UFPE)

renata.ccabral@ufpe.br

**Carlos Roberto Monteiro de Andrade** 

Professor Doutor aposentado

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade

de São Paulo (IAU-USP)

candrade@sc.usp.br

## ARQUITETURA, CIDADE E PATRIMÔNIO NO *VECCHIE CITTÀ ED EDILIZIA NUOVA* DE GUSTAVO Giovannoni: AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMO INDÍCIO DE UMA ARTICULAÇÃO

### Resumo

O presente artigo se propõe a situar referências que aparecem nas notas de rodapé do livro *Vecchie Città ed Edilizia Nuova* (1931), de Gustavo Giovannoni, para compreender como elas são mobilizadas para a construção da ideia de urbanismo que se constituía na Itália no momento. Leituras intertextuais serão realizadas, para identificar convergências e divergências com os textos citados e entender como eles foram mobilizados para construir uma nova narrativa, formulada para articular a arquitetura e a cidade, nova e velha.

**Palavras-chave:** Gustavo Giovannoni, Patrimônio, Patrimônio Urbano, Arquitetura, Itália.

## ARCHITECTURE, CITY AND HERITAGE IN GUSTAVO Giovannoni'S *VECCHIE CITTÀ ED EDILIZIA NUOVA*: BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES AS AN INDICATION OF AN ARTICULATION

### Abstract

This article aims to identify references appearing in the footnotes of Gustavo Giovannoni's book *Vecchie Città ed Edilizia Nuova* (1931) to understand how they are mobilized in constructing the idea of urbanism that was taking shape in Italy at the time. Intertextual readings will be conducted to identify convergences and divergences with the cited texts and to understand how they were used to construct a new narrative formulated to articulate architecture and the city, both old and new.

**Keywords:** Gustavo Giovannoni, Heritage, Urban Heritage, Architecture, Italy.

## INTRODUÇÃO

Aproximar-se de um livro estrangeiro com vistas a sua tradução requer uma leitura atenta da obra. Demorar-se em palavras e notas de rodapé é um caminho importante, que produz informações que a todo momento parecem pedir “notas do tradutor” que se somam às do autor. Em um exercício de imaginar a possibilidade de uma publicação em português do livro *Vecchie Città ed Edilizia Nuova* (1931), de Gustavo Giovannoni (1873-1947), nós nos vimos demorando em suas fartas notas de rodapé e encontrando referências bibliográficas já muito vinculadas à sua produção e outras pouco mencionadas, entre elas texto de Paul Waterhouse (1861-1924).

Pudemos vislumbrar, nesse exercício, uma análise a partir dessas notas, inaugurando uma narrativa nova, que parece entrar por outra porta, mais marginal, ao pé de página, menos evidente ao leitor. Se essa abordagem parece ter sido interessante, os resultados, é preciso pontuar, reforçam as ideias que já tão bem foram formuladas sobre Giovannoni, a partir de contribuições como as de Ventura (1995), Zucconi (1997, 2002), Choay (1998, 2001, 2002), Pane (2007, 2009) e Cabral (2013; 2022), dentre outros. As notas com referências a outros autores parecem reforçar o imbricamento entre os campos do urbanismo, do desenho urbano, da arquitetura e da conservação urbana.

O presente artigo, nesse sentido, propõe-se a ler o texto giovannoniano a partir de diálogos que ele estabelece com outros autores. Antes de iniciarmos, é importante pontuar que Guido Zucconi (2002) sugere, com razão, identificar a contribuição do livro de Gustavo Giovannoni a partir do contexto italiano no qual e para o qual é produzido, o que implica entender que as referências bibliográficas utilizadas pelo engenheiro romano - em geral pré-bélicas - têm importância secundária na valoração da importância da publicação. Dito de outra maneira, as referências não deveriam ser o termômetro a medir a contribuição do livro, pois a importância dele estaria em construir e oferecer uma visão de urbanismo que será predominante na Itália por muito tempo.

Nas palavras de Zucconi, um urbanismo como “arte e técnica do acordo, entre o velho e o novo, entre o belo e o útil, entre os centros históricos e as expansões urbanas (ou, dito de outra forma, do acordo entre *Vecchie città ed edilizia nuova*)” (2002, p. 69). Concordando com essa interpretação, entendemos ser interessante ver as articulações feitas por Giovannoni com alguns autores, para

entender como essas referências servem à construção desse urbanismo marcadamente italiano, que tão fortemente relaciona os polos referidos por Zucconi.

É importante marcar o contexto fervilhante de impulso do urbanismo como disciplina na Itália nas duas primeiras décadas do século XX. Como aponta Ernesti (1985, p. 84), os indícios dessa agitação são, por exemplo, os concursos para planos diretores em diversas cidades italianas; o Congresso Internacional de Habitação e Planejamento Urbano (*International Housing and Town Planning Congress*) de 1929, em Roma; a fundação do Instituto Nacional de Urbanismo (INU) e de sua revista oficial (*Urbanistica*) e a constituição de uma comissão, pelo Ministro Araldo di Crollanza, em 1932, para o estudo da primeira lei urbanística italiana.

Gustavo Giovannoni fará parte da comissão do plano diretor de Roma e da comissão de estudos da lei urbanística<sup>1</sup>. Participará do congresso de 1929 com o trabalho “O Desenvolvimento Histórico do Plano Diretor da Cidade de Roma e seu Significado”. Será, ainda, um dos fundadores do INU (Ventura, 1995, p. XIII e p. XIV), instituto que promove a publicação do *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, em um contexto de busca pela “imposição do urbanismo no panorama cultural, como uma disciplina com um estatuto científico autônomo próprio” (Besati, 1995, s.p). O livro coloca-se, por isso, no papel, dentre outros, de promoção da disciplina, sem deixar de lado, como aponta Ernesti, a questão que mais interessa ao autor: o da relação entre a velha e nova cidade. Para esse autor,

O livro de Giovannoni não decepcionou, em grande parte, as expectativas — bastante elevadas, mas ainda proporcionais, naquele início de década — ao clima persistente de efervescência cultural dos anos 1920 e às relações então vigentes entre cultura e mundo exterior.

Ele respondeu à tarefa, não sem se eximir de colocar como central a reconstrução de seu próprio percurso; equilibrando o papel de mediador-divulgador, que vinha assumindo gradualmente e no qual já havia dado diversas provas, com o de pensador original e com suas próprias inclinações e paixões.

O livro de Giovannoni, se colocado em confronto com um panorama mais amplo de vozes da época e de áreas culturais, evidencia uma seleção redutiva e consciente dos contributos e, na própria escolha do tema, a vontade de afirmar a centralidade de seu próprio pensamento. (ERNESTI, 1985, p. 84)

<sup>1</sup> A qual não será apresentada à Câmara dos Fasci, frustrando a iniciativa de legitimação institucional na década de 1930.

Guido Zucconi (2002, p.60) nos traz a informação de que a coleção patrocinada pelo recém-criado Instituto Nacional de Urbanismo (INU) e publicada pela editora UTET foi pensada inicialmente com cinco volumes, havendo, além do livro de Giovannoni, uma tradução de Camillo Sitte (por Giuseppe De Finetti), um texto intitulado *Corso di Edilizia* (por Marcello Piacentini), um tratado de construções antissísmicas (por Giuseppe Nicolosi) e um livro sobre legislação urbanística (por Virgilio Testa). O fim dessa história editorial se encerra com a redução da série a um único volume, o de Giovannoni.

Dentre muitas possíveis publicações do século XIX que informam o nascimento do urbanismo como campo e que são amplamente citadas por Giovannoni em seu livro, *Der Städtebau* de Sitte foi o escolhido para inaugurar a coleção e nos dá pistas da afinidade de Giovannoni com a cultura ligada a um gênero de urbanismo que na Itália será referenciado como arte de construir a cidade<sup>2</sup> e que, como observado por Zucconi, será lido por alguns como a “arte de conservar as cidades” (Zucconi, 2004, p. 100). No caminho de um urbanismo em terceira dimensão seguem as contribuições de Marcello Piacentini, como veremos mais adiante. Virgilio Testa, por sua vez, será agente importante da construção da já referida legislação nacional de urbanismo com a qual Giovannoni também estará envolvido, como assinalado anteriormente. Testa também participará da criação da Escola de Aperfeiçoamento em Urbanismo (*Scuola di Perfezionamento in Urbanistica*) e será docente dessa instituição, assim como da faculdade de arquitetura de Roma em 1935, ensinando “legislação urbanística” (Melis, 2006, 2163-65).

Em um contexto de esforços por tornar a atuação sobre a cidade matéria de arquiteto, Camillo Sitte ajudaria a olhar a cidade do passado e seus ensinamentos para o presente, Piacentini ajudaria a atualizar a cultura da “arte de construir a cidade”<sup>3</sup> e Testa ajudaria a trazer as ideias para o campo jurídico. Esses três oferecem uma importante triangulação, que poderá ser percebida no interior do texto giovannoniano.

Se a ideia de composição dessa coleção nos traz pistas importantes de referências, o que nos diriam as notas de rodapé do livro de Giovannoni?

<sup>2</sup> A esse respeito ver Guido Zucconi, “Monneret: Sitte e l’Arte di Costruire la Città”, 2004, pp. 99-103. Ver, ainda, Donatella Calabi, “L’Arte Urbana e i Suoi Teorici”, 1992; Donatella Calabi, “Handbooks of Civic Art from Sitte to Hegemann”, 2009, pp. 161-172.

<sup>3</sup> O que não significa deixar de pontuar conflitos entre Giovannoni e Piacentini, sobretudo sobre o plano diretor de Roma. Ver Muntoni, 2005.

Partiremos do primeiro capítulo do livro de Giovannoni e chegaremos ao quarto. Esse recorte não é arbitrário. Zucconi nos mostra como os quatro primeiros capítulos podem ser lidos em conjunto e que, vistos como tal, têm uma estrutura problematizadora que permite se enxergar nele a substância de um tratado e não simplesmente de manual prático. Para o estudioso, seria, sobretudo na primeira metade do livro,

[...] que se condensa a filosofia giovannoniana no que tange aos temas de escala urbana: na parte inicial, são ilustrados os problemas da cidade histórica e a teoria do desbastamento (a tese), na segunda, as questões ligadas à expansão urbana (a antítese), e, finalmente, na terceira e mais consistente parte, são abordados os aspectos próprios do plano diretor (a síntese). Nesse andamento rigorosamente dialético, o volume trai o seu caráter um tanto pedante e revela, de qualquer forma, a sua origem como texto, construído em forma de tratado mais do que de manual pronto para o uso (Zucconi, 2002, p. 64, tradução nossa).

As possibilidades de diálogo a partir de notas de rodapé são inúmeras. No começo do segundo capítulo, por exemplo, temos na primeira e mais robusta nota, aproximadamente vinte referências divididas em três grandes temas. Sobre o tema das “origens urbanas” são quinze referências, sendo sete em alemão, seis em francês e uma em inglês. Sobre abordagens ditas “mais amplas” sobre a história do urbanismo, encontramos cinco referências, sendo três em alemão, duas em francês e uma em inglês. Giovannoni ainda organiza uma lista do que chama de “tratados gerais”, incluindo Stübben (*Der Städtebau*), Unwin (*Town Planning in Practice*), Sitte (*L’art de Bâtir les Villes*), Hofmann (*Das Formproblem der Stadt in Vergangenheit und Zukunft*) e Rey, Pidoux, Barde (*La Science des Plans de Villes*).

Nos propomos a pinçar algumas referências que nos permitam debater temas centrais do *Vecchie Città ed Edilizia Nuova* e que permeiam tanto o capítulo dedicado à velha cidade, quanto aquele dedicado à nova, comparecendo, ainda, no capítulo sobre os planos diretores. Nesse sentido, estamos querendo indicar que há um senso de continuidade entre o olhar a cidade velha e a nova, assim como em pensá-las conjuntamente.

### **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ARQUITETURA E CIDADE, VELHA E NOVA: EDILIZIA CITTADINA, AMBIENTAÇÃO E ESTILO EDILÍCIO**

O livro de Giovannoni começa anunciando que o caminho que se propõe a percorrer não é o de um passadista, mas também não é o de um inovador radical. Pontua a importância de um novo modo de intervir na cidade velha, que considere seu caráter e beleza. Chama a técnica como aliada das razões conservacionistas, ao invés de refutá-la, mostrando a possibilidade de um

caminho de conciliação. Será a técnica, particularmente os novos meios de transporte, que permitirá pensar a cidade integral, que une a velha e a nova tornando-as contíguas, respeitando o caráter de cada uma. Nesse primeiro capítulo do livro, poucas são as referências a outros autores. No corpo do próprio texto, ao final, Giovannoni referencia Sitte, Buls e Brinkmann. Está interessado em já sublinhar como os ensinamentos desses autores ajudam a mostrar que as velhas cidades podem fornecer exemplos que se contrapõem à banalidade do geometrismo em voga para as novas cidades (Giovannoni, 1931, p. 7).

Avancemos no segundo capítulo, dedicado ao caráter das velhas cidades. Nele, Giovannoni opera o fazer histórico a partir de questões colocadas pelo presente, como o uso indiscriminado do traçado em tabuleiro de xadrez nas cidades contemporâneas. Nesse caso, para problematizar essa questão, ele mostra como uma das grandes lições que a história poderia oferecer seria o de se perceber como, ao longo dos séculos, as propostas de desenho das cidades diriam respeito mais a “conceitos práticos” do que a “preconceitos teóricos” (Giovannoni, 1931, p. 11), mesmo em soluções que pareceriam, a uma primeira vista, puras abstrações. Seria essa uma oportunidade que o passado daria para se refletir sobre a falta de sentido em pensar o urbanismo a partir de modelos abstratos.

O olhar interessado no presente também o faz querer observar como operavam na construção das cidades o individualismo, por um lado, e a coordenação e a unidade, por outro (Giovannoni, 1931, p. 21 e p. 28). Esse sentido de coordenação é dado a partir da consciência da indissociabilidade entre arquitetura e cidade, entre monumento e “arquitetura menor”. Giovannoni observa exemplos no tempo em que havia “unidade arquitetônica” (1931, p. 46), união entre arquitetura e urbanismo (1931, p. 48), “extensão ao ambiente da integral concepção arquitetônica” (1931, p. 58). Ao falar das cidades medievais, afirma que:

As condições mencionadas [caráter das praças medievais e suas condições de ambiente], que estreitamente ligam os monumentos maiores à densa conglomeração das construções menores e que unem a Arquitetura e o Urbanismo [*Edilizia*] em uma única manifestação guiada por um conceito lógico e compacto, representam um elemento essencial e extrínseco para a apreciação dos monumentos. São a expressão do monumento-ambiente ou, se preferir, de uma arquitetura coletiva extremamente típica da cidade. Alterar esse conjunto é algo mais grave do que comprometer um monumento (Giovannoni, 1931, p. 26, tradução nossa).

A ideia de arquitetura coletiva servirá para pensar a conservação de conjuntos ao passo que também informa a cidade do presente como obra de arte total.

A nota de rodapé a esse trecho faz referência a Camillo Sitte e a Raymond Unwin, já citados por ele. Ao procurar ambos em notas anteriores, vemos que Unwin é citado em publicação de 1912 que reúne dois textos: o do próprio Unwin, *Town Extension Plan*, e um texto de autoria de Paul Waterhouse, pouco conhecido por nós, brasileiros, que se refere à ideia de arquitetura coletiva. Sua visão de como pensar a intervenção passa pela compreensão da cidade como uma obra de arte, em sua realidade material, estratificada. A palavra arquitetura e não a palavra urbanismo ou planejamento urbano seria a chave da leitura de Waterhouse. Comparecerá adjetivada de forma a alcançar uma escala para além do exemplar individualizado: “arquitetura corporativa” (a *corporate architecture*), “arquitetura cumulativa” (a *cumulative architecture*). O uso da palavra *town planning* é problematizada, sugerindo-se maior adequação de uma expressão como “town architecture”, a arquitetura da cidade. Essa noção o ajuda a pensar a atualização das cidades existentes e a estratificação não é vista como uma perda de valor, mas um processo natural de transformação, tal como acontece em arquiteturas seculares:

Uso a palavra “arquitetônico” de forma consciente e aplico-a intencionalmente a um campo mais amplo do que geralmente é permitido. Uma cidade possui uma arquitetura corporativa, uma arquitetura cumulativa, não menos importante do que a arquitetura de suas casas componentes, embora até agora essa arquitetura tenha sido negligenciada, sendo a única homenagem à sua existência a cunhagem do termo “planejamento urbano”. A nobre expressão “arquitetura urbana” ainda não entrou em uso. Uma cidade é ou deveria ser uma obra de arte. O fato de ter sido construída em diferentes épocas e por diferentes mentes com diferentes objetivos e até mesmo diferentes ideias de beleza não impede que seja considerada dessa forma. Não negamos tal qualificação a uma catedral erguida em épocas sucessivas por essas razões; e, assim, quando dificuldades supremas de tráfego, uma suprema feiura, um óbvio inconveniente, ou mudanças sociais manifestas clamam imperativamente por alguma remodelação nas características da cidade, deve-se buscar a ajuda de algum artista que tenha estudado a ciência do planejamento urbano (Waterhouse, 1912, p. 9, tradução nossa).

E como essa visão de conjunto está no olhar a cidade velha e na forma de intervir nela? Waterhouse adentra as questões mais operativas, não descartando a importância de o planejador vislumbrar qual seria a disposição ideal da cidade se fosse planejada *ex-novo*. Isso daria uma visão geral e um norte de atuação. Nesse aspecto, ele cria duas imagens: a da cidade idealmente concebida e a da cidade real. Ele parte do pressuposto, contudo, que as condições e disposições existentes podem se adequar ao esquema de modelo, e que “as mudanças serão suficientes para colocar o real ao alcance



do ideal” (1912, p. 9). As disposições existentes exemplificadas por Waterhouse (1912, p. 9) são os rios e as colinas, os edifícios de valor arquitetônico, bem como as principais vias de saída.

Ele se propõe a dar exemplos no enfrentamento particular de duas questões, sublinhando a importância de diagnósticos cuidadosos como fase importante para se chegar a uma proposta: (1) Melhoria das ruas para facilitar circulação e (2) provisão de espaços abertos. Nos interessa pensar na primeira, dada as interferências na cidade existente. Ele condena os alargamentos e sugere estudos de uso de viadutos e rotatórias. Traz também exemplo de casos em que avenidas paralelas e de menor valor podem oferecer uma boa solução ao invés do alargamento de uma via com maior importância histórica e artística:

Existem, por exemplo, muitos casos em que a sugestão de alargamento de uma rua não deveria ser atendida por nenhuma intervenção na própria rua em questão, mas sim por um alívio completo dessa via por meio da substituição por uma rota paralela. Isso é especialmente verdadeiro quando uma rua, que antes era a via principal de uma antiga vila suburbana, acaba sendo incorporada a uma cidade. O alargamento implacável de uma via assim geralmente resulta em uma destruição desnecessária da beleza histórica e em danos a propriedades, com os consequentes custos, que poderiam ser completamente evitados com a adoção de uma rota paralela (Waterhouse, 1912, p.12, tradução nossa).

Waterhouse, que foi autor de diversos projetos de arquitetura, cita uma proposição urbanística sua em concordância com a ideia de valorização das preexistências de reconhecido valor histórico e artístico no traçado de novas vias:

Nesse contexto, posso chamar a atenção para outro elemento essencial na criação de novas vias ou no alargamento de ruas em cidades antigas. A Comissão de Tráfego de 1905 sugeriu, entre outras coisas, duas novas avenidas principais, uma no sentido leste-oeste e outra no sentido norte-sul. No entanto, essas avenidas foram planejadas de forma provisória, sem qualquer consideração pelo valor e pela beleza dos edifícios históricos existentes. Um plano elaborado por mim em 1906 demonstra como essas rotas propostas poderiam ter sido modificadas de maneira a não destruir edifícios de valor arquitetônico e, além disso, a não os desrespeitar ao se aproximar ou passar por eles em ângulos desarmoniosos, sem a devida consideração pelo alinhamento ou pela perspectiva visual. (Waterhouse, 1912, p. 12, tradução nossa)

Em termos metodológicos, o paralelo que faz é com o médico-cirurgião:

O trabalho do urbanista em cidades antigas é, de maneira semelhante, mais remediador do que criativo. Às vezes, pode ter um caráter cirúrgico. Ele pode precisar usar o bisturi e, ocasionalmente, remover mais do que deveria, mas, quando tudo está dito e feito, há certamente um campo para esse trabalho de cura e correção (Waterhouse, 1912, p. 8, tradução nossa).

O plano muito elogiado por Giovannoni, de Rubbiani e Pontoni, de 1910, para Bolonha, enfrenta essas questões das vias novas frente às razões da conservação. É um plano já referenciado por Giovannoni em artigo de 1913



sobre o “desbastamento” dos velhos centros (Giovannoni, 1913, p. 62). Nessa proposta para Bolonha, sugere-se uma via paralela à via principal (via Rizzoli), a partir de uma intervenção cuidadosa, com supressões (de preexistências) pensadas considerando as dimensões da arte e da história, resultando em uma rua “irregularmente pitoresca” (ibidem). Se a referência à figura de um cirurgião comparece em Waterhouse, nas narrativas de Giovannoni o paralelo é com a figura do jardineiro, que cuidadosamente identifica onde debastar.

Com Waterhouse, identificamos um diálogo com o compromisso com a arquitetura da cidade, “arquitetura urbana” - para usar um termo seu -, com a cidade em sua realidade processual, estratificada.

No terceiro capítulo do livro de Giovannoni, dedicado ao caráter das cidades modernas, o que se identifica é a necessidade de consciência da importância de se pensar conjuntos harmônicos. A ideia de respeito ao ambiente, ao contexto (*ambientalismo*) é mobilizado:

[...] colocar um novo edifício grande isolado a bocejar em um enorme espaço vazio, colocar no extremo de uma longa via um monumentozinho minúsculo, representam erros imperdoáveis, infelizmente não incomuns nas cidades modernas, mas que eram, ao contrário, raríssimos nas antigas, nas quais quase sempre uma única energia, com um único programa, criava o espaço e os edifícios, e a ambientação era quase um instinto (Giovannoni, 1931, p. 130).

A ideia de ambientação, assim, permeia tanto a leitura da cidade velha como orienta o projeto da nova e se soma às ideias de arquitetura coletiva, de coordenação e unidade, para informar a importância de operar a partir da composição urbana ou, poderíamos dizer, a partir da arquitetura de conjuntos<sup>4</sup>.

Se no segundo capítulo Giovannoni reporta a ideia de “estilo edilício” à de “tendências gerais” de construção urbana moldadas na tradição difusa - em oposição a teorias abstratas (1931, p. 12) - no terceiro capítulo, assinala sua importância para a cidade contemporânea:

Mesmo na construção privada, as razões da ambientação interviriam para exigir um estilo edilício coletivo, ou seja, a coordenação, se não a unidade, entre os grupos de construção, quase a determinar a arquitetura do grupo ou do bairro (Giovannoni, 1931, p. 136, tradução nossa).

Zucconi (1992) nos ajuda a entender a ideia de “estilo edilício”. Para ele,

Juntamente com Buls, também Gurlitt e Berlage falaram de “estilo” como expressão de um ambiente unitário, a ser criado não com projetos

<sup>4</sup> Zucconi (2002) já apontava como os temas-chave do *Vecchie Città* não ficam restritos às cidades do passado e exemplifica com o tema do ambiente. Para ele (2002, p. 62), a questão do ambiente e salvaguarda do caráter unitário do tecido antigo opera também na cidade contemporânea na figura do “plano de coordenação”, também referenciado como “consórcio edilício”.

arquitetônicos individuais, mas com planos diretores. Na mesma linha, referindo-se ao encontro entre pulsões individuais e coletivas, entre totalidade e particularidade, Giovannoni vê não na arquitetura, mas no urbanismo (ou “*edilizia cittadina*”) o âmbito onde tudo isso encontra formas de harmonização [...] (Zucconi, 1992, p. 50, tradução nossa).

O estudioso também chama a atenção para como essa ideia não é nova, mas alcançou originalidade em Giovannoni, pelo peso que o problema dos monumentos assume, assim como pela condição de articulação com o planejamento (Zucconi, 1992, p. 50).

O que seria essa “*edilizia cittadina*” mencionada por Zucconi no trecho acima, para mostrar o termo que equivaleria hoje ao “urbanismo”? Entraremos nela a partir de mais uma nota de rodapé do *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, dessa vez a de um conterrâneo e contemporâneo de Giovannoni, Marcello Piacentini.

Uma das notas referenciando o texto de Piacentini *Nuovi orizzonti dell’edilizia cittadina* (1922) encontra-se à página 119 do livro de Giovannoni. É inserida quando ele procura mostrar que podem ser diversos os meios à disposição do arquiteto para dar a uma cidade ou a um de seus bairros “a forma de Arte, ainda que adaptada à realização das exigências práticas, [...]” (1931, p. 119).

O trecho de Giovannoni é longo, mas vale à pena o percorrermos para vermos as articulações entre a dimensão individual e a coletiva, entre a arquitetura e o urbanismo<sup>5</sup>:

Nos aspectos mais diretamente urbanísticos manifesta-se uma verdadeira obra arquitetônica efetiva: no uso dos elementos naturais ou monumentais para conferir notas de beleza, associando-lhes as vistas principais das vias; no estudo em função da construção e na localização das obras arquitetônicas mais importantes da cidade, como os edifícios públicos, jardins, monumentos honorários, fontes, escadarias e viadutos, como gemas que nobilitam o espaço habitado, como elementos que se coordenam ao ambiente e aos espaços preparados para eles, não espalhados sem critério, mas oportunamente associados entre si em novos centros; na disposição das vias, praças e outros elementos urbanos com uma pesquisa cuidadosa dos efeitos que se apresentam gradualmente, nas vistas de fundo ou de lado, na alternância de vazios e cheios, de luzes e sombras, das massas murárias e dos núcleos de vegetação dispostos de modo a gerar impressões de Arte. Essas impressões podem ser de grandiosidade, de proporcionalidade musical, de caráter pitoresco livre; ou quadros estáveis feitos para um dado ponto de vista, ou um cinema que se desenrola ao longo de todo um percurso. (Giovannoni, 1931, p. 119, tradução nossa)

E continua:

<sup>5</sup> Não podemos deixar de anotar que as questões de ordem compositiva não são as únicas no capítulo terceiro a permear a ideia da relação entre o individual e o coletivo, entre entes públicos e privados, entre economia pública e privada. A viabilidade, inclusive financeira, também entra em jogo, envolvendo Estado e proprietários particulares. Giovannoni faz cálculos dos custos de urbanização e do papel de cada um no jogo do urbanismo.

A isso se acrescenta a tarefa de preparar o campo para a construção privada, unindo os bairros de vários tipos e criando uma disciplina que guie a equação do benefício econômico para soluções não banais, em direção a uma harmonia feita de unidade ou de variedade pitoresca. E isso pode ser feito ao imprimir variedade e ritmo às soluções planimétricas, de modo que necessariamente, ao modificar os dados dos espaços das casas, disso derive variedade e ritmo às medidas e às linhas arquitetônicas; ao utilizar oportunamente e tempestivamente as construções coletivas realizadas por cooperativas ou por entidades públicas ou privadas para constituir bairros disciplinados por uma estética urbana, vantajosamente substituída no agrupamento harmônico das massas pela estética arquitetônica do elemento individual (Giovannoni, 1931, p. 119, tradução nossa).

Piacentini defende em seu texto que a unidade de composição não é mais a casa, mas a rua, e a casa passa, por sua vez, ao nível de “frações de uma unidade” (Piacentini, 1922, p. 64). Em suas palavras, ao olhar para a cidade do passado interessaria observar “o senso das cidades e dos ambientes, eu diria, o seu temperamento, a sua atmosfera estética” (Piacentini, 1922, p. 64).

Uma referência no texto de Piacentini é Monneret de Villard (1881-1954), na tradução parcial do livro de Sitte, que reforçaria a ideia de que a arquitetura deve operar em consonância com o conjunto em que é criada.<sup>6</sup> As questões da visualidade exploradas por outros autores nesse momento, como Maertens, são colocadas a favor dessa ideia:

Por que deve o passageiro, ao se deter para observar um detalhe arquitetônico, limitar seu quadro de observação a um único edifício, julgando suas virtudes sem se preocupar com os edifícios vizinhos? Não é isso uma pura abstração acadêmica? (Piacentini, 1922, p. 68, tradução nossa).

Piacentini avança, por um lado, na ideia de unidade a partir da arquitetura, condenando a liberdade exercida pelo historicismo e, por outro lado, avança numa discussão sobre o desenho da cidade nova, sobretudo nas zonas residenciais, que é uma discussão de urbanismo como composição. Nesse caso, ele faz uma reflexão sobre a atuação do plano diretor, criticando zoneamentos rígidos quanto ao tipo de ocupação. O texto segue como o de Giovannoni, projetando espaços, a partir da descrição das formas de ocupação dos terrenos:

Pois bem, eu teria concebido todo o bairro Nomentano e Salaria assim: a grande avenida Nomentana, larga e reta, para o tráfego contínuo de bondes e veículos, ladeada de um lado e de outro por edifícios destinados a escritórios, pontos de encontro, serviços públicos, equipados com amplas lojas e providos de tudo o que é necessário para a vida urbana. Dessa grande

<sup>6</sup> “O Monneret de Villard, em seu interessantíssimo estudo sobre a arte de construir cidades, observa ‘que é necessário deixar a máxima liberdade ao projetista para estudar livremente seu desenho, analisando, no entanto, caso a caso, se o projeto é adequado ao conjunto arquitetônico em que deve se inserir. É preciso convencer-se, ele acrescenta, de que a beleza de uma cidade não depende dos poucos palácios espalhados por ela, mas talvez mais do conjunto, ao qual contribui até mesmo a menor das construções” (Piacentini, 1922, p. 68, tradução nossa).

artéria, deveriam se desprender outras ortogonais, como a avenida da Rainha, por exemplo, também com edifícios e sempre largas pelas mesmas razões. Entre essas grandes vias de comunicação, e além delas, ruas estreitas, tortuosas, silenciosas e tranquilas, arborizadas, destinadas a residências particulares, distribuídas de várias maneiras em pequenos prédios, casas geminadas, vilas com agrupamentos harmônicos e orgânicos.

Dessa forma, cada rua seria estética e praticamente proporcional à sua função, todos os inconvenientes mencionados seriam eliminados, e o conjunto do bairro assumiria uma agradável e completa harmonia (Piacentini, 1922, p. 70-71, tradução nossa).

Piacentini fecha seu artigo com o argumento de que “um edifício feio em uma bela rua representa um episódio desagradável, enquanto uma rua mal planejada, por outro lado, mesmo que ladeada por belas construções, pode destruir irremediavelmente o caráter e a beleza de toda uma cidade” (Piacentini, 1922, p. 72, tradução nossa).

Outra ideia e autor citados por Giovannoni e que merece atenção na construção do tema da importância do desenho urbano acima das questões da arquitetura, é Lavedan. Giovannoni, num processo de observação direta (*cognizione diretta*) à cultura material remanescente nas cidades percebe a força, na passagem do tempo, da continuidade dos traçados urbanísticos, mais do que dos elementos arquitetônicos (Giovannoni, 1931, p. 14). No capítulo sobre o caráter da cidade velha, ele anota como “A cidade antiga o é [antiga] como esquema edilício, mas muitas vezes não mais nas expressões arquitetônicas individuais das casas renovadas 'sobre as mesmas raízes', seja essencialmente ou na superfície externa” (1931, p. 15). Seria “a lei da persistência planimétrica” (1931, p. 15) invocada por Lavedan.

Botechia (2018) nos ajuda a situar a “*loi de la persistence du plan*” presente na tese de Lavedan. O estudioso francês construiria a partir da história - com análise de plantas de seis cidades - a observação de que as formas urbanas são transmitidas no tempo, registrando traços de permanência como uma estrada, um plano de cidade da antiguidade, caminhos medievais, muralhas medievais convertidas em avenidas (Botechia, 2018, p. 8).

A citação de Lavedan feita por Giovannoni vai justamente no sentido de mostrar essa ideia nas cidades italianas. O traçado das cidades contaria uma história, a urbana. A cultura material funcionaria como um documento para o historiador da cidade.

Com essa ideia, chegamos ao quarto capítulo. Não por acaso, nesse capítulo, que traz o tema dos critérios e fases dos planos diretores, Giovannoni sugere

como parte de uma fase de estudos que precede a fase propositiva do plano as “investigações sobre as vicissitudes urbanas”, sobre “os vestígios disso que eventualmente são preservados nas construções e no subsolo e sobre as leis de tendências permanentes evidenciadas pela persistência do plano e pelos dados históricos” (Giovannoni, 1931, p. 150).

Além de estudos que permitam compreender as transformações e permanências no tempo, Giovannoni sugere outros estudos que dão a ver o “problema central relativo às velhas cidades”: “Levantamento dos monumentos existentes, dos grupos de edifícios de interesse histórico-artístico, das zonas de valor 'ambiental'; das vilas e das localidades características na periferia” e ainda, o “estudo do caráter natural e paisagístico da região” (Giovannoni, 1931, p. 149).

Como informa Cabral (2022, p. 143-44), no verbete “Piano Regolatore” da Enciclopédia Italiana de Ciências, Letras e Artes, escrito poucos anos depois (em 1935), Giovannoni se refere ao plano diretor como o instrumento que respeita a “cidade velha”, retirando dali o tráfego intenso e lhe reservando apenas “retoques e melhoramentos” e credita ao plano diretor a capacidade de englobar o planejamento paisagístico.

Diversas outras diretrizes de estudo relacionam-se, por outro lado, às perspectivas da expansão urbana, como a determinação do sistema ferroviário e levantamentos de exigências contemporâneas de serviços como escolas, hospitais, cemitérios, campos esportivos, etc., além do diagnóstico sobre o “regime econômico da cidade” a partir do levantamento dos meios de abastecimento como mercados e portos.

Ao apresentar a fase do “projeto”, vemos Giovannoni pensar desde o plano regional à escala menor daquelas partes da cidade às quais, para ele, “é oportuno imprimir unidade e harmonia” (Giovannoni, 1931, p. 153).

Essa escala dos espaços públicos, do desenho da cidade como desenho de espaços unitários, mesmo nos bairros residenciais novos, mostra um atravessamento entre o conservar a velha cidade e o pensar a nova. Os elementos da forma urbana revelam, como sugere Choay, um olhar para os modos de saber habitar e saber construir apreendidos da cidade existente e que, atualizados, podem informar uma continuidade importante para a vida social. Nessa direção, ela identifica duas funções vitais “dos centros, complexos e tecidos históricos no limiar de uma nova civilização”:

Conservação de um saber habitar com todo o corpo, realizável apenas em escalas menores de espaço; pedagogia de um saber construir em pequenas escalas, privilégio do que, até ontem, era chamado de arquitetura. Esse saber habitar e esse saber construir não são senão as duas faces solidárias e indissociáveis de uma competência antropológica da qual Giovannoni nos faz entender o perigo de morte que a ameaça. Na mesma linha, ele também mostra que o patrimônio arquitetônico e urbano tradicional é o fundamento necessário para que essa competência se atualize e que somente na sua continuidade poderemos inventar os novos fundamentos da civilização protética. (Choay, 1995, p. VIII)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo quarto do livro de Giovannoni não tem referências a outros autores, o que não pode ser visto por nós com indiferença. Nos chega, ao contrário, como um indício de como o capítulo se constitui a síntese mais original de Giovannoni, ao articular a velha e a nova cidade no planejamento da cidade, a partir da ideia de uma continuidade que tem seu lado tanto conservacionista como atualizador e marca o urbanismo italiano também como arquitetura da cidade, velha e nova.

Percorrer algumas notas de rodapé foi entrada da construção dessa breve reflexão. Mostrou-se possibilidade interessante de se aproximar do texto giovannoniano e percorrer algumas de suas mais importantes contribuições, adensando sua compreensão - já tão bem explorada por outros autores - a partir de análises intratextuais.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Pernambuco (Propesqi/UFPE), no contexto de desenvolvimento da pesquisa Gustavo Giovannoni entre a conservação e o planejamento urbano: contribuições legislativas, consultivas e projetuais. Processos nº 23076.111895/2023-55 e nº 23076.041464/2024-04.

## REFERÊNCIAS

BESATI, Laura. Contributi a una storia dell'Inu: 1930-1975, in: INU, *Urbanisti italiani*, Inu Edizioni, Roma 1995. Trechos disponíveis em: < <https://www.inu.it/raccontare-l-rsquo-inu-dagli-anni-trenta/>>.

BOTECHIA, Flávia Ribeiro. "A longevidade dos elementos da forma urbana". *Revista de Morfologia Urbana* (2018), 6 (1), pp. 5-15.

CABRAL, Renata; ANDRADE, Carlos R. Monteiro de. "O 'Velhas Cidades' de Giovannoni: Algumas Notas". In: KÜHL, B. M. (org.). *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2013, pp. 53-61 (col. Artes & Ofícios).

\_\_\_\_\_. *Para Além do Monumento: Gustavo Giovannoni e as origens da conservação urbana na Itália*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.



CALABI, Donatella. "L'Arte Urbana e i Suoi Teorici". In: ZUCCONI, G. (org.). *Camillo Sitte e i Suoi Interpreti*. Milão, FrancoAngeli, 1992, pp. 35-44.

\_\_\_\_\_. "Handbooks of Civic Art from Sitte to Hegemann". In: BOHLI, C. C. & LEJEUNE, J.-F. (orgs.). *Sitte, Hegemann and the Metropolis: Modern Civic Art and International Exchanges*. Nova York, Routledge, 2009, pp. 161-172.

CHOAY, Françoise. Prefazione. In: Giovannoni G. *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. 2. ed. Milão, Città Studi, 1995, pp.VII-VIII.

\_\_\_\_\_. "Introduction". In: Giovannoni, G. *L'Urbanisme face aux villes anciennes*. Paris, Éditions du Seuil, 1998, pp. 7-32.

\_\_\_\_\_. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001 [1992] (ed. Portuguesa: Lisboa, Edições 70, 2000).

\_\_\_\_\_. "Camillo Sitte: Der Städtebau nach Seinen Künstlerischen Grundsätzen, 1889: Un Statuto Antropologico dello Spazio Urbano". In: DI BIAGI, P. (org.). *I Classici dell'Urbanistica Moderna*. Roma, Donzelli Editore, 2002, pp. 3-16.

GIOVANNONI, Gustavo. "Il 'Diradamento Edilizio' dei Vecchi Centri: Il Quartiere della Rinascenza in Roma". *Nuova Antologia*, vol. 48, n. 997, pp. 53-76, jul. 1913

\_\_\_\_\_. *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. Turim, UTET, 1931.

MELIS, Guido Melis (org.). *Il Consiglio di Stato nella storia d'Italia*. Le biografie dei magistrati (1861-1948). Milano: Giuffrè, 2006.

MUNTONI, Alessandra. "Gustavo Giovannoni: La Speranza di un'Urbanistica Integrata: 1913-1936". In: sette, Maria P. (org.). *Gustavo Giovannoni: Riflessioni agli Albori del XXI Secolo: Giornata di Studio Dedicata a Gaetano Miarelli Mariani (1928-2002)*. Roma, Bonsignori Editore, 2005, pp. 57-72.

PANE, Andrea. "Il Piano di Risanamento per Bari Vecchia, 1931". In: GIAMBRUNO, M. (org.). *Per una Storia del Restauro Urbano: Piani, Strumenti e Progetti per i Centri Storici*. Novara, Cittàstudi, 2007, pp. 21-30.

\_\_\_\_\_. "Dal Monumento all'Ambiente Urbano: La Teoria del Diradamento Edilizio". In: CASIELLO, S. (org.). *La Cultura del Restauro: Teorie e Fondatori*. Venezia, Marsilio, 2009, pp. 293-314.

PIACENTINI, Marcello. Nuovi orizzonti nell'edilizia cittadina, in *Nuova Antologia*, LVII, 1° marzo 1922, fasc. 1199, pp. 60-72.

VENTURA, Francesco. "Attualità e Problemi dell'Urbanistica Giovannoniana". In: Giovannoni G. *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. 2. ed. Milão, Città Studi, 1995, pp. xiii-xxxix.

ZUCCONI, Guido. "Dal Capitello alla Città. Il Profilo dell'Architetto Totale". In: \_\_\_\_\_ (org.). *Gustavo Giovannoni: Dal Capitello alla Città*. Milão, Jaca Book, 1997, pp. 9-68.

\_\_\_\_\_. "Gustavo Giovannoni: Vecchie Città ed Edilizia Nuova, 1931: Un Manuale Mancato". In: DI BIAGI, P. (org.). *I Classici dell'Urbanistica Moderna*. Roma, Donzelli Editore, 2002, pp. 57-69.

\_\_\_\_\_. "Monneret: Sitte e l'Arte di Costruire la Città". In: SANDRI, M. G. (org.). *L'Eredità di Monneret de Villard a Milano*. Atti del Convegno, Milão, 27-29 nov. 2002. Florença, Insegna del Giglio, 2004, pp. 99-103.



**Renata Campello Cabral:** É professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU). Arquiteta e urbanista pela UFPE, com mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Coordena o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP).

**Carlos Roberto Monteiro de Andrade:** É docente aposentado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da Universidade de São Paulo (USP). Arquiteto e urbanista pela USP, graduado também em Ciências Sociais pela USP, com mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

**Texto recebido em:** 10/07/2025

**Texto aprovado em:** 28/07/2025